

OS GOVERNADORES NESTE 15 DE MARÇO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 15.03.1983

Os governadores da oposição que chegam hoje ao poder têm uma responsabilidade histórica singular. Eles assumem ao governo de seus estados em meio a uma gravíssima crise econômica e política. E nesse quadro, três responsabilidades se abrem: podem permanecer marginalizados podem contribuir para agravar a crise, ou podem ter uma importância decisiva na sua superação.

Sem dúvida é preciso não cometer o equívoco de exagerar sua importância principalmente no plano econômico. A Folha de S. Paulo publicou no último domingo um magnífico trabalho do jornalista Helival Rios, no qual verificamos que a oposição governará estados que detêm 75,22% do produto interno bruto e 72,67% do ICM arrecadado no país. O fato concreto, entretanto, é que a oposição (e também os novos governadores do PDS) recebem estados falidos ou semi-falidos. Em Goiás, por exemplo, o pagamento do funcionalismo está atrasado cerca de 3 meses. E a responsabilidade que os governadores têm de influenciar a política econômica é mínima. “Controlam” 75% do PIB apenas porque, geograficamente, as empresas e os trabalhadores responsáveis pela produção estão ali situados. Mas pouco podem fazer para que esse PIB volte a crescer.

No plano da administração interna dos seus estados certamente poderão fazer muita coisa. É preciso, entretanto, ter muito claro o que poderá ser efetivamente novo e prioritário em sua ação. Esta poderá ser classificada segundo quatro pares de alternativas: (a) competente ou incompetente; (b) honesta ou desonesta; (c) socialmente progressista ou concentradora de renda; (d) democrática ou autoritária. Não há nenhuma razão para afirmar que todos os governos do PDS que terminam hoje foram incompetentes e corruptos. Em alguns estados isto foi patente, mas não é por aí que os governos da oposição deverão se distinguir dos governos do PDS. A honestidade e a competência são pré-requisitos mínimos. O que deverá distinguir os governos de oposição é o caráter socialmente progressista e politicamente democrático, porque o

PDS e seus políticos estão histórica e indelevelmente comprometidos com o autoritarismo e a concentração de renda.

No plano da administração interna dos seus estados, portanto, o caráter social e radicalmente democrático, participacionista, é que deverá e poderá distinguir os governos da oposição.

No plano político nacional, entretanto, é que a sua atuação poderá ser decisiva. Porque, se afinal não controlam 75% do PIB, de fato representam a sociedade civil que produz esses 75% e que lhes deu cerca de 60% dos votos totais do país. E é essa representatividade e legitimidade que dificilmente os deixará marginalizados da solução da crise atual. Por outro lado, como os discursos de despedida dos governadores de São Paulo e de Minas no Congresso, na última semana, deixaram claro, como legítimos representantes da sociedade civil seu propósito não é agravar mas contribuir para a solução da crise, desde que a necessária conciliação seja acompanhada de um profundo processo de mudança político-institucional.

O grande obstáculo que estes governadores encontrarão, entretanto, está na dificuldade em definir os interlocutores válidos, já que o Governo Federal, diante da crise, está dividido e paralisado. E sua falta de legitimidade e credibilidade é tão profunda, que se torna problemático para os governadores e para as direções dos partidos de oposição encetar o diálogo. Os próprios políticos do PDS, alguns agora também legitimados pelo voto, estão perplexos e criticam a todo instante as ações imediatistas e muitas vezes contraditórias de um governo federal imerso na crise do país e na sua própria crise.

Mas em qualquer hipótese o dia 15 de março é um marco de esperança porque, afinal, tanto o povo quanto a sociedade civil têm representantes com legitimidade para enfrentar a crise presente.(15/03)